

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIII

FLORIANÓPOLIS, 31 DE OUTUBRO DE 2014

NÚMERO 6.750

## MESA

Romildo Titon  
**PRESIDENTE**

Joares Ponticelli  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Pe. Pedro Baldissera  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Kennedy Nunes  
**1º SECRETÁRIO**

Nilson Gonçalves  
**2º SECRETÁRIO**

Manoel Mota  
**3º SECRETÁRIO**

**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Aldo Schneider

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Moacir Sopelsa

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Neodi Saretta

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Dóia Guglielmi

**DEMOCRATAS**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**  
Líder: Angela Albino

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder:

**PARTIDO SOCIALISMO E  
LIBERDADE**  
Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Marcos Vieira - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
Neodi Saretta  
Ana Paula Lima  
José Nei A. Ascarí  
Narcizo Parisotto  
Jean Kuhlmann  
Aldo Schneider  
Mauro de Nadal

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Carlos Chiodini - Presidente  
Reno Caramori  
Volnei Morastoni  
Valdir Cobalchini  
Marcos Vieira  
Sargento Amauri Soares  
Gelson Merisio

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente  
Dóia Guglielmi - Vice-Presidente  
Maurício Eskudlark  
Edison Andrino  
Moacir Sopelsa  
Reno Caramori  
Sargento Amauri Soares

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Mauro de Nadal - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
Serafim Venzon  
Darci de Matos  
Dirceu Dresch  
Renato Hinnig  
Angela Albino

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascarí - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Altair Guidi  
Luciane Carminatti  
Dirce Heiderscheidt  
Ada Faraco De Luca  
Serafim Venzon

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Gilmar Knaesel  
Neodi Saretta - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Aldo Schneider  
Edison Andrino  
Maurício Eskudlark  
Angela Albino

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente  
Marcos Vieira  
Angela Albino  
Dirceu Dresch  
Luciane Carminatti  
Valmir Comin  
Renato Hinnig  
Antonio Aguiar  
Darci de Matos

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Carlos Chiodini - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Dóia Guglielmi  
Narcizo Parisotto  
Dirceu Dresch  
José Nei A. Ascarí  
Moacir Sopelsa

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente  
Dirceu Dresch - Vice-Presidente  
Angela Albino  
Gelson Merisio  
Carlos Chiodini  
Moacir Sopelsa  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ana Paula Lima - Presidente  
Altair Guidi  
Jean Kuhlmann  
Ada Faraco De Luca  
Edison Andrino  
Gilmar Knaesel  
Valmir Comin

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente  
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente  
Darci de Matos  
Maurício Eskudlark  
Valmir Comin  
Luciane Carminatti  
Volnei Morastoni  
Antonio Aguiar  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente  
Angela Albino - Vice-Presidente  
Ismael dos Santos  
Dirce Heiderscheidt  
Antonio Aguiar  
Gilmar Knaesel  
José Milton Scheffer

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Marcos Vieira  
Sargento Amauri Soares  
Ana Paula Lima  
Reno Caramori  
Renato Hinnig

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Ismael dos Santos  
Sargento Amauri Soares  
Carlos Chiodini  
Serafim Venzon

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente  
Reno Caramori  
Volnei Morastoni  
Edison Andrino  
Gilmar Knaesel  
Darci de Matos  
Valdir Cobalchini

### COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente  
Antonio Aguiar - Vice-Presidente  
José Milton Scheffer  
Sargento Amauri Soares  
Darci de Matos  
Mauro de Nadal  
Serafim Venzon

### COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente  
Aldo Schneider - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Altair Guidi  
Mauro de Nadal  
Gilmar Knaesel  
Volnei Morastoni

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente  
Ismael dos Santos - Vice-Presidente  
Ana Paula Lima  
Dirce Heiderscheidt  
Valdir Cobalchini  
Altair Guidi  
Valmir Comin

### COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente  
Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente  
Narcizo Parisotto  
Ada Faraco De Luca  
Serafim Venzon  
Reno Caramori  
Ana Paula Lima

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIII</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 16 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 090ª Sessão Ordinária realizada em 14/10/2014.....2</p> <p><b>Atos da Mesa</b> Ato da Mesa DL.....8</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Atas de Comissão Permanente.....8 .....8 Aviso de Licitação.....10 Ofícios.....10 Portarias.....10 Projetos de Lei.....12 Projeto de Resolução.....14 Redações Finais.....14 Requerimento.....16</p>
---	---	--

## P L E N Á R I O

# ATA DA 090ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2014

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Paula Lima - Angela Albino - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cocalchini - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, a sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar os srs. deputados, as sras. deputadas e o público que acompanha esta sessão.

Amanhã, dia 15, comemoraremos o Dia do Professor e quero aproveitar para fazer uma homenagem justa aos meus colegas educadores catarinenses. Neste sentido dirijo-me aos professores da educação infantil, da educação básica e do ensino médio; aos professores dos institutos federais, da Udesc, da UFSC, da Universidade Federal da Fronteira Sul, do Sistema S, do Cedup, das universidades comunitárias ligadas ao sistema Acafe, das universidades particulares, bem como aos professores do campo e da educação especial.

Quero dizer, como professora - e todos os governos sempre afirmam e é comum os políticos dizerem -, que a educação é a peça mais importante e deve receber o maior volume de investimentos. E foi no governo de um operário, que não teve acesso ao ensino superior, e da primeira presidente da República mulher que tivemos

o maior volume de investimentos em educação, aumentando, apenas entre 2000 e 2008, cerca de 89%; passando o valor pago por aluno/ano de R\$ 1.388,00 para R\$ 2.682,00.

Portanto, esse governo que nos orgulha e que tem colocado no cenário nacional a educação como prioridade, também aprovou, neste ano, o Plano Nacional de Educação. Inclusive, esta Casa terá, nos próximos meses, que abordar esse tema elaborando o Plano Estadual de Educação, que vai prever, a partir do plano nacional, as metas da educação para os próximos dez anos.

E quais são as grandes diretrizes? Para onde caminha a educação brasileira a partir desse esforço de governo federal junto com a sociedade brasileira, manifestada nas entidades representativas ligadas à educação?

Primeira meta: todas as crianças de quatro a cinco anos serão atendidas até 2016 e, metade, no mínimo, das crianças de zero a três anos;

Segunda meta: serão nove anos, para todos os alunos, de ensino

fundamental. Sendo que 95% dessas crianças precisam completar os nove anos na idade;

Terceira meta: todos os alunos dos 15 anos aos 17 anos terão que estar cursando o ensino médio;

Quarta meta: que possamos garantir aos estudantes, dos quatro aos 17 anos, tanto no sistema regular quanto de um sistema inclusivo, atender todas as pessoas com deficiência;

Alfabetizar todos os alunos até os oito anos de idade ou até o terceiro ano, melhor dizendo;

Educação integral: 65% das escolas públicas e 40% da educação básica;

Na qualidade da educação nós temos como desafio enfrentar a elevação dos índices, que vem melhorando no Brasil, mas que ainda precisam melhorar muito mais, tanto nos anos iniciais quanto finais, como também no ensino médio;

Garantir a escolaridade média dos 18 anos aos 29 anos, aos jovens, com no mínimo 12 anos de estudo;

Garantir 98% da população alfabetizada e redução de 50% de analfabetos funcionais;

Dez por cento da população de jovens e de adultos matriculados no ensino fundamental e médio deve estar integrada ao ensino profissional;

Triplicar número de vagas em educação profissional, técnica de nível médio, sendo que desse número, três vezes maior, 80%, precisa ser nas instituições públicas;

Quarenta por cento de novas matrículas no ensino superior e também no ensino comunitário;

Quarenta por cento, no mínimo, de doutores num total de 80% entre mestres e doutores;

Elevar a matrícula de pós-graduação anual para no mínimo 2.400 mestres por ano sendo formados e 900 doutores no caso aqui de Santa Catarina;

Criar uma política de formação permanente, continuada e inclusiva aos professores;

Setenta e cinco por cento dos professores com pós-graduação na educação básica;

E uma das metas que mais discutimos no Parlamento Catarinense, e que será um grande desafio para todos. Inclusive, apresentamos, deputado Sargento Amauri Soares, um projeto de lei que está tramitando nesta Casa e que garante que todo recurso novo do pré-sal destinado a Santa Catarina, por conta da lei que a nossa presidente, Dilma Rousseff, teve a coragem de mandar ao Congresso Nacional, priorizando os 75% para a educação, vá para uma conta separada e que garanta exclusivamente salário, carreira e remuneração.

Nesta meta queremos atingir a ideia da valorização do Magistério catarinense equiparando a profissão de professor com a

média das demais profissões, isso daria uma média de aumento em torno de 60% na remuneração dos nossos professores.

Outra grande meta aprovada no Plano Nacional de Educação é a aprovação em um ano da lei que garante a gestão democrática das escolas, ou seja, diretores não mais nomeados por prefeitos, deputados, secretários regionais ou governador de estado, mas diretores vinculados à comunidade escolar.

E por último a meta de 7% do Produto Interno Bruto em cinco anos e 10% em dez anos.

Por que sou deputada e professora que luta tanto pela educação e defendo a presidente Dilma Rousseff? Porque é a primeira presidente na história deste país que teve a coragem de mandar uma lei para o Congresso Nacional carimbando um investimento de mais de R\$ 1,3 trilhão, sendo que três partes para a educação. É a presidente que garante 10% do PIB para a educação. É a presidenta que aprovou o marco legal das universidades comunitárias. E todos nós, deputados, sabemos que são essas universidades que sempre foram tratadas como universidades privadas a custa da mensalidade dos alunos, que nunca foram reconhecidas pelo seu trabalho de acesso ao ensino superior no estado.

Agora, essas universidades, tidas públicas, comunitárias, poderão receber recursos para bolsa de estudos, projetos e programas.

Mais, ainda, em Santa Catarina, é a primeira vez que vejo 200 novas vagas para a Medicina nas universidades públicas. E nós temos em Chapecó das 200 vagas, 80 na Universidade Federal Fronteira Sul, e dessas, 91% vagas para alunos que serão médicos e que vieram da escola pública.

Nós temos em Santa Catarina, também, o Pronatec, que já garante hoje 800 cursos para os nossos trabalhadores se qualificarem. Temos quase 300 trabalhadores matriculados em nosso estado.

Eu poderia ainda falar da grande ampliação dos Institutos Federais que passaram de 14<sup>º</sup> Institutos no Brasil para 563 Institutos Federais, garantindo que os nossos trabalhadores tenham acesso àquilo que foi negado no passado, que é a formação técnica e profissional para terem uma renda, uma profissão e serem sujeitos dignos de garantir uma família decente com salário, condições de alimentação e moradia para sustentar sua família.

Isso tudo significa para trabalhadores e também para os empresários uma condição de ofertar um produtor melhor, porque terão um trabalhador mais qualificado. Por isso, amanhã nossos professores estão de parabéns porque escolheram neste país a educação como prioridade.

Parabéns pelo dia 15 de outubro, Dia do Professor.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados.

Começo meu pronunciamento dizendo que não é pelo Reuni nem pelas universidades comunitárias que eu votarei na candidata Dilma Rousseff no dia 26 de outubro. Votarei pelo incremento, pelo crescimento de cerca de 100% da rede federal de ensino técnico profissionalizante, pela Universidade Federal da Fronteira Sul, sediada em Chapecó, e pelo Mais Médicos. O *slogan* que me vem à mente é o seguinte: Eu sou de esquerda e não vacilo no segundo turno, voto na Dilma, porque é fácil subir no muro nos momentos difíceis das tomadas de decisões políticas. Aliás, está faltando muro neste estado para tanta gente que andou navegando por dentro do governo e se empapuçando no governo federal nos últimos 12 anos que agora está se deixando dirigir, aparentemente, pelos netos. Refiro-me de um dos grandes dirigentes de Santa Catarina que está sendo dirigido pelos netos nas redes sociais. É uma postura oportunista!

O voto branco ou nulo, com todo o respeito à opinião das pessoas, nessa eleição, precisamente, não expressou o voto politizado, inclusive porque apenas em Santa Catarina foram praticamente meio milhão de votos, quase 500 mil votos, em branco ou nulos, e outro tanto que, sequer, foram às urnas. É um voto que na maioria, na quase totalidade, não é um voto politizado.

Então, muitas organizações de partidos homologaram suas candidaturas à Presidência da República e ao governo do estado, tiveram a oportunidade de se apresentar como alternativa e não foram vistos como tal aqui em Santa Catarina por meio milhão de catarinenses. Este é um problema que vamos ter que discutir no futuro. Por que meio milhão de catarinenses foram às urnas e não votaram em ninguém sendo que tínhamos sete ou oito candidaturas ao governo do estado e diversas à Presidência da República? Tínhamos partidos pequenos, de esquerda, e vou citar três: o PSOL, do qual fiz parte da chapa como candidato ao Senado; o PSTU e o PCB tinham candidaturas à Presidência e ao governo do estado, mas não fomos vistos também por quase meio milhão de pessoas, que foram às urnas e votaram em branco ou nulo. E isso, na minha avaliação, é um problema que nós vamos precisar refletir muito, nós da esquerda, se os outros não refletirem nós teremos que refletir.

E também, por isso, não basta agora nos somar a esse meio milhão de eleitores. Eu acho que é equivocada a proposta e a posição de voto em branco ou nulo, porque estaríamos nos somando a meio milhão de catarinenses que foram às urnas e não votaram em ninguém, nem em nós. Não é assim que mostraremos força num processo eleitoral, num segundo turno como esse e, muito menos discernimento político. Nós que vivemos na década de 90, nós que militamos na década de 90, que

defendemos ou tentamos resistir aos infinitos e inúmeros ataques ao serviço público durante toda a década de 90 e mais um pedaço da primeira década deste século, precisamos entender essa situação.

Nós precisamos entender que pode vir por aí algo muito pior do que foi a década de 90. Porque as forças acopladas, associadas à candidatura tucana são das mais reacionárias que existem na sociedade brasileira, e uma das mais perversas que existe no sistema econômico e político mundial. E eu não tenho dúvida com relação a isso. Por isso, digo: sou de esquerda e não vacilo. Porque é vacilar pensar que vamos continuar a nossa vidinha numa boa sem comprometer-nos com a situação real que vivemos, mesmo considerando as inúmeras críticas que eu fiz ao longo dos oito anos aqui desta tribuna. Só desta tribuna oito anos! As críticas ao governo federal do PT. E não retiro nenhuma dessas críticas, mas dizendo e afirmando: Retrocesso não! É o feijão com arroz que temos no dia a dia? Pois vamos mastigar esse feijão com arroz por mais quatro anos, mas não vamos permitir esse retrocesso!

E temos, sim, que fazer um trabalho de base persistente, perseverante, no sentido de mostrar para aquelas 500 mil pessoas, pelo menos, para aquele meio milhão de catarinenses que foram às urnas e não votaram em ninguém, nem em nós, que podemos ser uma alternativa popular, radicalmente democrática e de esquerda, porque não conseguimos fazer isso. E essa é uma autocritica necessária para toda esquerda.

Não é nos somando à despolitização, não é ficando em cima do muro, junto com diversos políticos da direita tradicional, que a esquerda vai se distinguir e educar politicamente as classes trabalhadoras e as massas populares para o processo de participação.

Então, o voto em Dilma Rousseff, no segundo turno, em minha opinião, é um dever de todo militante pelo progresso da sociedade e contra as forças reacionárias existentes na sociedade. E não vou pessoalizar, porque a questão é de classe mesmo, de baliza de horizonte civilizatório que se quer chegar. Não vou dar nome para nenhuma pessoa, mas apenas quero dizer que temos o dever de não sermos coniventes com o retrocesso.

Esta é a realidade que precisamos absorver. E tudo mais fica em aberto, infelizmente, tudo mais fica em aberto, inclusive a reforma política, porque como já falei aqui nesta tribuna, depois da eleição ela não vai acontecer, porque a quase totalidade do Congresso foi eleita com dinheiro das empreiteiras, dos banqueiros, da Friboi e etc., e as estes setores não interessa mudar nada, porque para eles está muito bom assim!

Não obstante toda essa avaliação, precisamos, sim, contribuir para evitar um mal maior nos próximos quatro anos e contribuir para que não nos somemos à despolitização da política.

Esta é a avaliação e a reflexão principal que nós, da esquerda, precisamos fazer desde agora, nos próximos anos ou talvez

em todos os outros dias da nossa vida até conseguirmos reverter esse quadro de paralisia geral das consciências e de vitória dos monopólios que têm elegido a imensa maioria dos ocupantes de cargo de poder neste país e neste estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Sr. presidente, gostaria que ficasse registrado em ata meu reconhecimento à manifestação do deputado Sargento Amauri Soares, pela clareza, lucidez e compromisso com o futuro deste país. Não esperava outra atitude de v.exa, porque sempre defendeu um país justo, livre e democrático.

Então, quero deixar esse registro e dizer que não precisamos concordar com tudo que o governo federal e a presidenta Dilma faz para escolhermos o melhor para o nosso país, mas sabemos, com certeza, deputada Ana Paula Lima, que ela representa a garantia de que este país vai continuar mudando a vida de milhões de brasileiros.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, quero também parabenizar o deputado Sargento Amauri Soares pela manifestação clara que fez. V.Exa. não é do nosso partido, mas colocou claramente os avanços que tivemos no governo federal nesses últimos onze anos e dez meses de mandato de um governo popular, que fez transformações significativas na vida das pessoas.

E eu gostaria, inclusive, de lamentar que os parlamentares desta Casa, que são da base de apoio, deputada Luciane Carminatti, do governo da nossa presidenta Dilma Rousseff, de partidos que ocupam ministérios, que ajudaram na transformação do nosso país, estejam calados.

Mas quero dar parabéns ao deputado Sargento Amauri Soares pela clareza da sua manifestação. Ele já foi palco, inclusive, nesta tribuna, de críticas ao governo, mas sabe que nessa disputa polarizada nenhum brasileiro e nenhuma brasileira quer o retorno ao passado. Por isso que é bom fazer essa reflexão com o nosso povo.

Mas tomo a liberdade, sr. presidente, durante o tempo que ocupo nesta tribuna, de passar um vídeo que está com a assessoria sobre o mapa da fome em nosso país, principalmente no que diz respeito à nossa criança.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, este vídeo é do ano de 2000 ou 2001, antes do governo do Partido dos Trabalhadores, quando havia 36 milhões de pessoas e crianças passando fome no nosso país, e quando a Pastoral da Criança, deputado Padre Pedro Baldissera, fazia aquela mistura para dar às crianças para elas não morrerem de fome. Hoje a Pastoral da Criança não faz mais isto. Hoje combatemos a obesidade no nosso país. Vejam que avanço tivemos no nosso Brasil, senhores e senhoras!

(Passa a ler.)

“Uma criança morria de fome a cada cinco minutos no ano de 2000, 12 crianças morriam por hora no ano 2000, 288 morriam por dia de fome no nosso país na época de FHC, 8.640 crianças morriam de fome por mês no nosso país, 103.680 crianças morriam de fome no Brasil por ano nos anos de 2000 e 2001, no governo de FHC.”

Numa década, srs. deputados, sras. deputadas e público catarinense, um milhão de crianças morreu de fome no nosso país. Em dez anos o governo do Partido dos Trabalhadores tirou 36 milhões de pessoas da linha da miséria e da pobreza. Elas ascenderam de classes sociais.

(Continua lendo)

“Esse era o retrato do governo do PSDB e isso não acontecia somente no nordeste, mas também no sudeste, sul, norte e centro-oeste. Hoje, em 2014, as crianças do Brasil vivem a primeira geração sem fome. É disso que nós estamos falando!

Por isso que não podemos retornar ao passado. Hoje a realidade é muito diferente da retratada no vídeo que acabamos de ver. Esse povo tem energia, água através de cisternas, alimento, emprego, escola e, o que é mais importante, oportunidades de trabalho. E é isso que iremos definir no próximo dia 26 de outubro.”

São 514 anos do descobrimento do Brasil e em 11 anos e dez meses do governo do Partido dos Trabalhadores foi feita uma revolução neste país, e uma revolução sem armas, sem balas, uma revolução cultural na área da educação e da saúde, sendo que também foi dada oportunidade para as pessoas.

O projeto tem a participação de vários partidos: PT, PMDB, PDT, PCdoB, PSD, PR e PP. Temos que fazer essa reflexão com o povo brasileiro porque ninguém quer retornar ao passado, quando as pessoas não tinham oportunidades.

(Continua lendo)

“Esses que produziram essa desgraça hoje se escondem atrás do discurso do combate à corrupção, como se o PSDB, FHC, Aécio e Alckmin tivessem moral para falar em corrupção.”

E eram eles que escondiam tudo embaixo do tapete e não se investigava nada. Hoje pelo menos a presidenta Dilma Rousseff está investigando e punindo, sim, quem tem que ser punido através da Polícia Federal. E

quem priorizou a Polícia Federal foram os governos de Lula e Dilma Rousseff.

(Continua lendo)

“Senhoras e senhores, hoje o governo tem estruturas e permite investigações, graças a Deus, porque na década passada era tudo embaixo do tapete e ninguém sabia de nada. Antes tudo ia para debaixo do tapete, sim.

Temos dois projetos em disputa no nosso país: um projeto que distribui renda, gera emprego, dá oportunidades de acesso à educação e dignidade para o nosso povo, e outro que privilegia os banqueiros, os americanos e retira direitos dos trabalhadores. Temos que fazer essa reflexão com a nossa população.”

Para concluir, sr. presidente e srs. deputados, quero dizer que às 10h desta sexta-feira a nossa presidenta, Dilma Rousseff, estará em Santa Catarina, no Centro Sul, aqui em Florianópolis, para fazer um debate com a população catarinense. Sintam-se todos convidados a participar dessa visita da nossa presidenta.

Muito obrigada, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, apenas gostaria de registrar com satisfação a presença nesta Casa do vereador Gildo de Souza Martins, de Balneário Barra do Sul, ele que lidera a colônia de pescadores daquele município e visita o nosso gabinete nesta tarde.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, esqueci de mencionar que amanhã, quarta-feira, dará início os estudos técnicos da Ferrovia de Integração Oeste/Litoral, na cidade de Chapecó, com a presença da ministra Miriam Belchior e do ministro Paulo Sérgio, que farão a ordem de serviço para esse projeto há muito tempo esperado e agora concretizado. Amanhã será assinada a ordem de serviço do projeto de viabilidade para a execução dessa ferrovia tão importante para o estado de santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, queria usar a palavra para agradecer a nossa reeleição que garantirá a possibilidade, dada pelo povo catarinense, que este deputado possa continuar nesse Parlamento.

Quero, em primeiro lugar, registrar a presença do sr. Dilson Vicente Lima, ex-prefeito de Campo Êre, e que hoje, inclusive, está de aniversário. Foi um grande prefeito do município de Campo Erê, é um grande líder político, um grande amigo, um grande ser humano e uma pessoa pela qual temos muito respeito.

Também queria registrar a nossa gratidão a toda população de Santa Catarina, já que tivemos a felicidade de receber votos em 289 municípios de Santa Catarina. Agradeço a todos, até porque não me ative aos seis municípios em que não tivemos votos. São 295 municípios e tivemos a felicidade de ter votos em 289 municípios. Todos sabem que a eleição é difícil, é complicada, pois grandes nomes da política, a grande maioria dos nossos deputados, que são dedicados, trabalhadores e sempre preocupados com a situação da população catarinense, também buscaram a reeleição.

Então, todo resultado deve ser respeitado, mesmo quando ele não é completamente favorável. Mas tive a felicidade, deputado Reno Caramori, que a população permitisse o meu retorno aqui no ano que vem para continuarmos fazendo esse trabalho que temos feito. Aprendendo muito, lutando muito pelas questões, pelas causas de Santa Catarina, lutando pelo nosso oeste catarinense, pelo nosso litoral, pela Segurança Pública, mas sei que há muitas coisas para serem feitas e debatidas.

Na Segurança Pública, Santa Catarina enfrentou, durante o período pré-eleitoral, grandes problemas, grandes dificuldades, referentes ao combate do crime organizado. É necessário continuar com uma política firme de segurança, monitorando essas facções que se instalaram dentro dos presídios, tendo vista a nossa legislação penal benevolente demais que permite que autores de crimes fiquem pouco tempo dentro dos presídios e neste tempo sejam ameaçados e, como de diz, recrutados pelo crime organizado para depois rapidamente, infelizmente, voltarem às ruas e serem soldados do crime.

São ameaçados por quem lá está, por presos condenados a 90, 100 ou 120 anos, que não tem perspectiva nenhuma, para quem mandar matar ou morrer não muda nada. Esses marginais, então, passam a ter o controle dessa criminalidade, de quem muitas vezes deveria permanecer mais tempo no presídio, mas que fica lá temporariamente, apenas o tempo para ser recrutado, ameaçado e encarregado de praticar crimes, deputada Ada De Luca, contra a nossa sociedade.

Então, infelizmente, a nossa legislação penal é muito falha. Nós temos aquele que quer se recuperar e se recupera. Mas aquele que tem índole voltada para o crime não se recupera e fica a serviço da criminalidade.

Temos que mudar, sim, a legislação penal nesse país, que tem que ser mais dura, tem que ser mais rigorosa, tem que responder pelo crime. Hoje ninguém tem medo de praticar crime. O cidadão de bem não precisa de legislação porque ele não vai praticar crime, ele

pode, no máximo, cometer um erro. Mas uma marginalidade voltada ao crime, que quando pega folga de uma semana não sai para ir visitar a família, não sai para ir buscar uma oportunidade de emprego, sai, sim, para praticar ações criminosas, acertos de contas e tantos tipos de crimes.

Por isso, a maioria dos crimes praticados que nós vemos é por alguém que já tem condenação, alguém que já praticou vários crimes violentos. É só verificar no noticiário jornalístico todo dia, na imprensa, os autores de crimes sempre reincidentes, com condenações ou muitas vezes não condenados e respondendo a vários processos.

A nossa legislação penal tem que mudar porque isso está fazendo aumentar o caos social, o caos da segurança pública que nós enfrentamos.

A deputada Ana Paula Lima também registrou o lançamento da ordem de serviço para o projeto da Ferrovia do Frango, que vai cortar o estado de Santa Catarina. Acho importante porque Santa Catarina enfrenta um gargalo no transporte, nós verificamos a sobrecarga principalmente da BR-282, da BR-470, que cortam o estado todo trazendo a produção do oeste catarinense para o porto de Itajaí e para os demais portos do nosso estado, e precisa ter investimento.

Preocupa-me muito a questão do oeste catarinense, que está com a ponte para o Rio Grande do Sul interrompida, no trajeto de Palmitos a Iraí, uma ponte que faz uma importante ligação, e a interrupção está causando um dano econômico muito grande àquela região do oeste catarinense e à população do Rio Grande do Sul. Também estamos preocupados porque na BR-282 há duas pontes importantes, que ligam o oeste catarinense ao litoral, as pontes do rio Chapecó e do rio das Antas.

O deputado Padre Pedro Baldissera, que viaja toda semana para lá, sabe que as pontes naquela região precisam de manutenção, até porque, se uma delas tiver qualquer tipo de problema, o transporte e a produção do extremo oeste catarinense não terá outra via de ligação, terá que passar pelo estado do Paraná para trazer a produção do extremo oeste, deputado Sargento Amauri Soares, para o nosso litoral.

Então, estamos hoje numa situação de grande preocupação.

Assim, é importantíssima a manutenção da BR-282, principalmente dessas pontes que fazem a ligação e, também, claro, é importante que esse projeto seja adiantado no que se refere às ferrovias do nosso estado, destacando a Ferrovia do Frango, que vai ligar o oeste catarinense aos portos do nosso litoral.

Então, vejo isso como uma prioridade do governo, tem-se que olhar com preocupação a manutenção da BR-282.

Domingo fui até o município de Paraíso, na fronteira com a Argentina, e a BR-282, naquele projeto, ainda dá para dizer que está em boas condições, houve algum problema em razão das chuvas, mas está

sendo recuperado. Temos a região que vem de São Miguel d'Oeste, Chapecó, principalmente a região de Pinhalzinho, onde a BR-282 precisa de urgentes reparos, precisa de recuperação.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSOL.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, quem nos acompanha na tarde desta terça-feira.

Eu queria também falar que, felizmente, essa onda ou a quarta onda de atentados do crime organizado em Santa Catarina arrefeceu, e gostaria de fazer uma análise crítica daquilo que entendo ser algumas das causas desses episódios.

A principal delas é o enfraquecimento dos serviços públicos essenciais ao longo de duas décadas e meia. Todos os serviços sociais foram empobrecidos pelos sucessivos governos aqui do estado de Santa Catarina ao longo já de 24, 25 anos.

Isso já é um processo que tem dez anos que é a retirada, o recuo da Polícia Militar da guarda externa dos estabelecimentos prisionais, dos estabelecimentos penais de Santa Catarina. A última decisão a esse respeito foi há dois meses, quando muito, com a extinção da antiga Companhia de Guarda que fazia esse trabalho na Grande Florianópolis.

No nosso entendimento, é um recuo estratégico equivocado por parte da Polícia Militar, mas é uma situação que já vem de dez anos. Essa intenção, de diversas autoridades, da própria Polícia Militar, defendendo essa tese, será muito ruim e a ocupação desses postos não está se dando por servidores públicos do sistema da secretaria da Justiça e Cidadania e, sim, por empresas terceirizadas.

Essa é a prova cabal do empobrecimento, da substituição do serviço público por serviço privado, que diminui o poder de estado, de controle da criminalidade, de controle da violência e de controle, inclusive, do Sistema Prisional Catarinense.

Particularmente, acho que o problema no Brasil não é a falta de lei até porque só em Santa Catarina nós temos mais de dez mil pessoas com mandado de prisão em aberto e que estão soltas porque não há vaga. Essa que é a realidade que precisa ser dita! Assim como temos ínfimas, raríssimas vagas para menores infratores aqui na Grande Florianópolis, e ficamos anos sem nenhuma vaga.

Mas, por outro lado, colocar a culpa na legislação fica fácil, porque não se fala da falta de estrutura do estado para atender essa demanda, infelizmente, crescente. Isso precisa ser visto para não, apenas, jogarmos com aquilo que poderia ser. Não existe legislação

para fazer muito mais do que se tem feito no serviço de segurança pública.

Aproveitando que amanhã é Dia do Professor, quero dizer que é lamentável a situação do Magistério em Santa Catarina, com mais da metade dos professores, que estão em sala de aula, admitidos em caráter temporário, os chamados ACTs. Eu até pedi permissão para chamá-los de "boias-frias da educação". Trabalham de março até novembro e dezembro, e depois ficam desempregados no Natal, na perspectiva de que em fevereiro ou março sejam contratados novamente. Isso é um absurdo, metade dos professores em Santa Catarina estão nessa condição, sem falar na situação das salas de aula e na estrutura logística pedagógica no nosso estado.

Por último, quero solidarizar-me com o povo lageano pela tragédia de ontem e também observar que nessa área se precisa de mais estrutura. A gente vê na cidade de Lages raríssimos servidores da Defesa Civil tentando dar conta de uma situação de calamidade que afetou milhares de pessoas. E a gente percebe o quanto o estado tem sido relapso na estrutura de socorro da população quando ela precisa. Na verdade o estado, que é tão forte na hora de ajudar os monopólios, a exemplo da BMW, não consegue ajudar os colonos que estão desde 2009, quando houve o tornado, com seus galpões de produção de frango e de suínos ainda desmontados, sem receber investimentos para reconstruí-los.

Então, o fato de que os serviços públicos essenciais, seja na Educação, na Saúde, na Segurança Pública ou na Defesa Civil serem insuficientes diante da demanda da população, enquanto que, para os monopólios privados, inclusive internacionais, o estado de Santa Catarina e o Brasil têm sido bastante generosos em termos de incentivos fiscais, aplicando até mesmo o perdão de impostos e taxas de investimentos do dinheiro público do BNDES e de outros bancos públicos para que essas empresas se instalem em nosso estado. E a maioria do povo, infelizmente, tem servido apenas para gastar a sua vida trabalhando e produzindo as riquezas que vão embora pagando quase nada de impostos no nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PP.

(Pausa)

Não havendo deputados do PP que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos pertencem ao PSD.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSD que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra a deputada Ada Faraco De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA - Sr. presidente, srs. deputados,

telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital Aleesc, imprensa em geral.

Já estava com saudades deste plenário, quero aqui, em primeiro lugar, dizer que é muito comum ouvir que todos os políticos são iguais e que o voto é apenas uma questão de obrigação. Muitas pessoas não conhecem o poder do voto e o significado da política em suas vidas.

Numa democracia, como ocorre no Brasil, as eleições são de fundamental importância, além de representar um ato de cidadania.

Gostaria de parabenizar todos os nobres colegas que, assim como eu, terão mais quatro anos para trabalhar em prol dos catarinenses. Aos que não se elegeram, deixo minha profunda admiração pela garra e coragem de enfrentar uma campanha tão acirrada. No final das contas, independente de resultados, somos todos vencedores!

Gostaria, também, de agradecer todos os eleitores de Santa Catarina que depositaram seu voto de confiança em minha pessoa, reelegendo-me com 47.813 votos, recebidos em 286 dos 295 municípios deste estado. Destaco a região sul, na qual obtive 32.261 votos. Essa vitória é um reflexo do trabalho feito com muita dedicação, transparência, honestidade e amor, ao longo destes oito anos, aqui na Assembleia Legislativa e, também, na secretaria de estado da Justiça e Cidadania.

Assim, assomo à tribuna, nesta tarde, para agradecer por cada voto depositado na minha pessoa, em especial aos eleitores da região sul, onde nasci e fui criada. Lá iniciei minha vida política ainda na adolescência. Não canso de contar esse detalhe, pois político sem história é político sem raiz, e tenho muito orgulho da minha história partidária.

Então, meus amigos, eu assumo o compromisso de honrar e respeitar cada catarinense com essa conduta que sempre tive desde a minha juventude. Quero parabenizar o governador Raimundo Colombo pelo grande feito de ser o primeiro governador reeleito em primeiro turno da história deste estado, com 51,36% dos votos válidos, representando mais de um milhão de votos. O reconhecimento do seu trabalho e de toda sua equipe demonstra que governo comprometido com o povo permanece eleito pelo povo.

Desejo que, nestes próximos quatro anos, façamos um excelente mandato do qual cada catarinense deste estado possa se orgulhar. Mas, para que isso aconteça, não basta apenas termos bons governantes no poder, é preciso que a população entenda e participe mais dos movimentos políticos.

Colegas deputados, assustei-me com o índice de abstenção nesse primeiro turno de eleições. Quase 800 mil catarinenses não votaram, isso representa 16% de eleitores do estado. O segundo turno para os presidenciais será no próximo dia 26.

A cada eleição vivemos um momento ímpar, onde todos têm o direito e o dever de manifestar seu voto e decidir o futuro do Brasil.



Venho, desta tribuna, pedir seu voto para Michel Temer, vice do meu PMDB. Para que, assim como foi Santa Catarina, continuemos crescendo.

Para finalizar, quero repetir a frase daquele que, dia 12 passado, fez 22 anos que desapareceu, dr. Ulysses Guimarães: "O segredo da felicidade é fazer do seu dever, o seu prazer". A chama do PMDB estará sempre acesa!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pelo restante tempo do PMDB, o sr. deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente, srs. deputados, amigos presentes nesta sessão, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero aproveitar este momento para agradecer o carinho e a confiança de 49.293 catarinenses que nos confiaram a oportunidade de exercer o segundo mandato aqui na Assembleia Legislativa, no dia 5 de outubro. São votos que tornam o nosso trabalho ainda mais forte, por aumentar em mais de 23% de votos na última eleição, mas que também trazem maior responsabilidade para um segundo mandato mais atuante e participativo. Responsabilidade que deu para sentir no carinho que recebemos em diversas regiões por onde passamos das pessoas que, conhecem e acompanham o nosso trabalho e de outras que não tinham votado ainda, mas relataram que votariam pelas nossas propostas e bandeiras que defendemos no decorrer desse mandato. E agora vamos continuar com mais força e também com novas propostas que vem ao encontro da necessidade das pessoas. Vou utilizar este novo mandato para que os catarinenses tenham mais oportunidades e que assuntos importantes sejam tratados.

Uma das bandeiras que defendemos e que vamos levar com muita ênfase para a nova legislatura é a questão da simplificação das coisas, da desburocratização. Tenho sempre comentado que a burocracia está dentro de nós mesmos, das pessoas físicas, de cada um de nós. Ouvimos muitas vezes os empresários do setor produtivo comentar sobre o excesso de burocracia, mas abrindo a nossa carteira, cada um tem mais de dez documentos. Então, tudo isso mostra a dificuldade que é vivermos o dia a dia num país onde muitas regras existem e precisam ser mudadas. Há um clamor social para que as coisas sejam feitas simplificando os processos, que aumentará a capacidade de investimentos nos órgãos públicos e na busca de resultados.

Vamos defender as bandeiras regionais com muita ênfase. A duplicação do trecho urbano da BR-280 é a obra de mobilidade urbana mais importante do norte catarinense, podemos dizer que ela é o eixo da rodovia, e não será duplicado pelo governo federal, porque o trecho federal já está sendo duplicado, deputado Dirceu Dresch, e é um trecho significativo, de aproximadamente R\$ 500 milhões, que é o contorno de Jaraguá do

Sul. O trecho excedente nós estamos defendendo e já tem projeto, licitação e contrato. A estadualização daquele trecho é o compromisso do governador reeleito, Raimundo Colombo, e a execução da obra será uma forte bandeira do nosso mandato, como tem sido nos últimos anos.

Esse trecho representa uma ligação importante entre o norte catarinense e o vale do Itajaí, passando por Joinville, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Blumenau e assim por diante. E dentre tantas outras conquistas, temos a luta pelos hospitais filantrópicos da região que exercem trabalho exemplar e tem já a sua atuação reconhecida, sempre tiveram e terão o nosso apoio. Então, nesse ensejo de vontade, de aprendizado, da experiência que a vida nos traz de fazer um segundo mandato ainda melhor, faremos valer a pena e honrar a confiança de praticamente 50 mil catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Gostaria de saudar o sr. presidente, os nossos colegas deputados e as sras. deputadas, todos que nos acompanham nesta tarde e aqueles que nos visitam.

Não poderia deixar de vir a esta tribuna, pois amanhã será um dia especial. Falo aqui, em nome da nossa bancada, do grande momento que teremos amanhã em Chapecó, que é a assinatura da ordem de serviço do projeto técnico da nossa ferrovia. Um sonho que parecia muito distante ainda, mas que, felizmente, já estamos com o projeto técnico licitado e amanhã será dada a ordem do serviço e temos 22 meses, segundo a licitação, para a empresa vencedora fazer o levantamento todo e deixar pronto o projeto técnico para contratar a obra.

Então, vamos acompanhar isso muito de perto e eu, como presidente da Frente Parlamentar, sinto-me muito honrado e satisfeito de estar aqui, nesta tribuna, hoje, falando deste extraordinário tema para Santa Catarina.

Assim, inclusive, vou usar aqui um texto sobre esse assunto.

(Passa a ler.)

"Amanhã será um dia histórico para Santa Catarina. Com a presença do ministro dos Transportes, Sérgio Passos, e da ministra do Planejamento, Mirian Belchior, será assinado, em Chapecó, o contrato e a ordem de serviço dos estudos técnicos da Ferrovia da Integração, corredor ferroviário que vai ligar o oeste catarinense aos portos do litoral.

O edital de concorrência havia fixado como valor de referência R\$ 68,7 milhões e o consórcio vencedor, que é liderado pela empresa catarinense Prosul, apresentou proposta 32% menor, fechada em R\$ 46,5 milhões. O consórcio terá 22 meses para executar o serviço que inclui Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental, o levantamento aerofotométrico e o projeto básico de engenharia.

Estamos dando o primeiro passo para a concretização de uma grande obra, que será em breve a mais importante para Santa Catarina. Começamos a tirar a Ferrovia da Integração do plano imaginário para a realidade. Serão 860km de ferrovia que vão colocar Santa Catarina, o oeste catarinense, no trilho do desenvolvimento.

A definição da empresa que fará o projeto da ferrovia é de que essa obra é o resultado da união de forças do setor político e produtivo. Mostra que a obra é prioridade para o governo federal.

A Ferrovia da Integração, o transporte ferroviário, é essencial para garantir eficácia logística ao estado de Santa Catarina, pois irá aproximar as zonas de produção agrícola dos centros consumidores e dos portos catarinenses, reduzindo custos de produção, por meio de uma via de transporte mais segura e mais sustentável.

A Ferrovia da Integração vem na esteira de outras obras do governo federal que estão ressuscitando o transporte ferroviário no Brasil. A mais importante delas é a Ferrovia Norte-Sul, que será a coluna vertebral da integração ferroviária do país.

Com mais de 4.000km de extensão a ferrovia cortará os estados do Pará, Maranhão, Tocantins, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ligará zonas produtoras de grãos com as regiões produtoras de proteína animal. Garantirá o escoamento da produção pelos portos diminuindo custos e aumentando a eficiência logística do país.

Parte dessa ferrovia já é realidade. O trecho de 1.600km entre Maranhão e Goiás já está concluído. O trecho de 855km entre Palmas, no Tocantins, e Anápolis, em Goiás, entrou em funcionamento no último mês e o trecho de Goiás até São Paulo segue em construção.

Enquanto isso, o trecho entre Panorama, em São Paulo e o Porto do Rio Grande, no rio Grande do Sul, segue em estudo.

O plano de expansão da malha ferroviária pelo governo federal, somando o PAC e o Plano de Investimento em Logística, permitirá a ampliação da malha ferroviária em mais de 15.000km, dobrando a malha existente hoje, que é de 28.700km.

Somos hoje o maior canteiro de obras do mundo, com investimentos vultosos não apenas em ferrovias, mas em portos, aeroportos e hidrovias. Obras que se integram e que vão garantir eficiência logística para o Brasil. O governo do PT está tirando o país do

atraso e do sucateamento imposto pelo governo do PSDB.

Muita gente não sabe a grandiosidade e a complexidade das obras que estão sendo construídas pelo governo da presidente Dilma Rousseff.

Construímos a segunda maior ponte fluvial do mundo e a maior ponte estaiada do Brasil, com 3,6km de extensão, que conecta Manaus ao município de Iranduba. O concreto e o aço utilizados na obra seriam suficientes para construir três estádios do Maracanã.

Além da Ferrovia Norte-Sul, o governo está construindo também a Ferrovia Transnordestina. Com 1.700km, ela se integrará a Ferrovia Norte-Sul, ligando o Porto de Pacém, no Ceará, ao Porto de Suape, em Pernambuco.

Estamos fazendo a transposição do Rio São Francisco, investimentos na reforma e ampliação de 13 aeroportos. Estamos construindo a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, com torres de transmissão de energia com 300m de altura em plena Amazônia.

O governo do PT já entregou 2.75 milhões de moradias pelo programa Minha Casa, Minha Vida e fez uma revolução silenciosa na educação. Construiu 18 novas universidades, entre elas a nossa Universidade Federal da Fronteira Sul, com sede em Chapecó, e a construção de 200 novas escolas técnicas, entre elas a unidade do IFSC de São Carlos, no oeste catarinense.

Aqui em Santa Catarina o governo está dando início à duplicação das BRs 470 e 280. Está concluindo a duplicação da BR-101 sul, com a construção das últimas obras de grande porte, que são os túneis e a ponte

estaiada de Laguna, que é uma obra prima de engenharia e se transformará no novo cartão postal do nosso estado.”

De fato, muita gente no Brasil não sabe que estamos realizando obras e ações desse porte. Por isso, é extremamente importante colocarmos o nosso estado e o nosso país numa nova perspectiva e darmos conta da questão estrutural em nosso desenvolvimento.

E quero terminar respondendo aos nossos caminhoneiros, deputado Sargento Amauri Soares, que nos questionam: “E aí com as ferrovias os caminhões, os empregados e os motoristas vão ficar desempregados?” Não! As experiências que vemos mundo afora e as experiências que temos visto no Brasil com esse crescimento econômico, com essa distribuição de renda, depois da construção das ferrovias os caminhoneiros vão ter muito serviço e terá que ser ampliado muito mais o número de caminhões e caminhoneiros em nosso país para fazer os curtos trajetos, alimentarem os trens e continuar alimentando a perspectiva de crescimento que o nosso país vai ter nos próximos anos.

Então, os caminhoneiros podem ficar muito tranquilos, pois terão muito trabalho, muito serviço devido à perspectiva do desenvolvimento do nosso Brasil. É o que sempre estamos dizendo: o Brasil se coloca, de fato, na perspectiva de um país que tem as mesmas condições de competir, em termos de estrutura, com muitos países desenvolvidos do mundo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário

reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

(Pausa)

Na havendo deputados do PPS que queiram fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0426 e 0427, de autoria do deputado Neodi Sareta.

Pedido de Informação n. 59, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário de estado da Infraestrutura, solicitando cópia dos projetos com os traçados da nova SC-413, que ligará os municípios de Luiz Alves e Massaranduba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há mais oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

## ATOS DA MESA

### ATO DA MESA DL

#### ATO DA MESA Nº 046-DL, de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Gelson Merisio para ausentar-se do País, no período de 5 a 20 de novembro do corrente ano, a fim de viajar aos Estados Unidos da América, em caráter particular.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 29 de outubro de 2014.

**Deputado ROMILDO TITON** - Presidente

Deputado Nilson Gonçalves - 2º Secretário

Deputado Manoel Mota - 3º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE

#### ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia três de setembro de dois mil e quatorze, sob a Presidência do **Deputado Gilmar Knaesel**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Angela Albino, Antônio Aguiar, Dirceu Dresch, Luciane Carminatti, Marcos Vieira, Renato Hinnig e Valmir Comin. O Deputado Ciro Roza foi substituído pelo Deputado Maurício Eskudlark. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente colocou em discussão a Ata da 17ª reunião

ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou a palavra aos Deputados para relatarem as matérias em pauta: **a Deputada Luciane Carminatti** relatou o PL./0195.5/2014, que dispõe sobre a permuta de imóveis do Estado de Santa Catarina e do Município de São Lourenço do Oeste, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **A Deputada Luciane Carminatti** relatou o PRS/0014.7/2013, que dispõe sobre a implantação da Rede Legislativa de TV Digital nas Câmaras Municipais do Estado, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Antônio Aguiar** relatou o PL./0082.8/2014, que proíbe a concessionária de energia elétrica de efetuar o corte no forneci-



mento à unidade consumidora habitada por família que tenha entre seus membros, doente cujo tratamento requeira o uso continuado de equipamentos, que demandem consumo de energia elétrica e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **A Deputada Angela Albino**, devolveu sem manifestação, seu voto vista ao PL./0283.4/2013, que institui o Conselho Estadual de Direitos Humanos de Santa Catarina (CEDH-SC) e estabelece outras providências. A Deputada alertou a todos os membros da Comissão que as emendas apresentadas na CCJ não foram analisadas pelo relator, sugerindo a devolução da matéria para as devidas providências, o que foi concordado por unanimidade. **A Deputada Angela Albino**, relatou o PL./0207.3/2014, que dispõe sobre a cessão de uso do imóvel que especifica e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Gilmar Knaesel** relatou o PL./0117.2/2014, que institui o Programa Estadual de Educação a Distância (Proedis) e estabelece outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão foram cedidos vistas em gabinete aos Deputados Antônio Aguiar, Angela Albino e Luciane Carminatti. **O Deputado Gilmar Knaesel** relatou o PL./0220.0/2014, que institui o Programa Microfinanças de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão foram cedidos vistas em gabinete a todos os Senhores Deputados. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, três de setembro de dois mil e quatorze.

**Deputado GILMAR KNAESEL**

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

\*\*\* X X X \*\*\*

#### **ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.**

Às nove horas do dia oito de outubro de dois mil e quatorze, sob a Presidência do **Deputado Gilmar Knaesel**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Angela Albino, Dirceu Dresch, Luciane Carminatti, e Renato Hinnig. O Deputado Valmir Comin foi substituído pelo Deputado Reno Caramori e os Deputados Antônio Aguiar, Darci de Matos e Marcos Vieira, justificaram suas ausências. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente informou a todos que o projeto de lei que trata do orçamento do Estado para o exercício de 2015, foi lido no Expediente da Casa, no dia de ontem devendo de imediato ser liberado a todos os Senhores Deputado. Ato contínuo, o Presidente informou que na última reunião, foi acordado verbalmente o envio do PL./0283.4/2013, que institui o Conselho Estadual de Direitos Humanos de Santa Catarina (CEDH-SC) e estabelece outras providências à Comissão de Constituição e Justiça, para apreciação por parte do relator das emendas apresentadas naquela Comissão. Assim, foi votado e aprovado por unanimidade o envio do referido projeto à CCJ. **O Deputado Gilmar Knaesel** colocou em discussão seu parecer favorável ao PL./0220.0/2014, que institui o Programa Microfinanças de Santa Catarina e que encontrava-se com vistas a todos os Deputados, membros da Comissão. Antes de colocar em votação o Presidente passou a palavra ao Deputado Reno Caramori, que registrou presenças dos representantes do BADESC, do CREDISOL, do BANCO DO EMPREENDEDOR, do EXTRACREDI, do MICROCREDITO, da SC PARCERIAS, do BANCO DA FAMÍLIA, e da AMCRED-SC. Registrou também a presença do Senhor Pedro Ananias Alves, consultor da AMCRED-SC. O Deputado Dirceu Dresch, após cumprimentar aos presentes, falou da importância do microcrédito, afirmando que o tema não é novo e que mesmo tendo sido bastante discutido, não se sente seguro votar. De acordo com o Deputado o projeto que institui o microcrédito em Santa Catarina é um marco importante no cenário catarinense, principalmente quando permite aos que mais necessitam, acesso a esta nova modalidade de crédito. Contudo, muitos pontos merecem esclarecimentos, especialmente os que envolvem as OCIPs, descritas no art. 2º, §1º do discutido projeto. O Presidente indagou os membros da Comissão, se alguém poderia tirar as dúvidas apresentadas pelo Deputado Dirceu

Dresch. Como não houve manifestação, convidou então, o Senhor Pedro Ananias Alves, consultor da AMCRED-SC, para responder as questões levantadas. O Senhor Pedro Ananias Alves, falou detalhadamente sobre o projeto, respondendo a todas as questões levantadas durante a discussão, tirando as dúvidas mencionadas pelos Deputados. Após os devidos esclarecimentos, o Presidente colocou em votação seu parecer favorável ao projeto, sendo aprovado por unanimidade. **O Deputado Gilmar Knaesel** colocou em discussão o PL./0117.2/2014, que Institui o Programa Estadual de Educação a Distância (Proedis) e estabelece outras providências. O projeto estava com vistas para diversos Deputados e não havendo manifestação, foi colocado em votação sendo aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Gerson da Rosa, Chefe de Secretaria em exercício, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, oito de outubro de dois mil e quatorze.

**Deputado GILMAR KNAESEL**

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

\*\*\* X X X \*\*\*

#### **ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.**

Às nove horas do dia vinte e dois de outubro de dois mil e quatorze, sob a Presidência do **Deputado Darci de Matos**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Dirceu Dresch, Luciane Carminatti, Renato Hinnig e Valmir Comin. Os Deputados Antônio Aguiar, Angela Albino e Marcos Vieira, justificaram suas ausências mediante ofícios. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente colocou em discussão as Atas das 18ª e 19ª reuniões ordinárias, que em votação, foram aprovadas por unanimidade. Ato contínuo o Presidente passou a palavra aos Deputados para relatarem as matérias em pauta: **O Deputado Valmir Comin** relatou o PL./0173.0/2014, que altera a Lei nº 12.911, de 2004, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA-SC) e do Fundo Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (FUNSEA-SC) e adota outras providências, seu parecer foi pelo diligenciamento a Secretaria de Estado da Fazenda e da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Renato Hinnig**, relatou o PL./0155.8/2014, que autoriza o Estado a firmar convênio com entidades civis de direito privativo sem fins lucrativos e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs), seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão foi cedido vista em gabinete para a Deputada Luciane Carminatti. **O Deputado Renato Hinnig** relatou o PL./0189.7/2014, que dispõe sobre a criação da Semana Estadual Todos Somos Pedestres - Respeite a sua Própria Preferência, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Presidente** relatou o PLC/0023.3/2014, que altera o parágrafo único do art. 11-B da Lei Complementar nº 495, de 2010, que institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão, de Chapecó, do Extremo Oeste e do Contestado, para incluir o Município de Jupiá na Área de Expansão Metropolitana da Região Metropolitana do Extremo Oeste, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão foram cedidos vistas em gabinete aos Deputados Dirceu Dresch e Luciane Carminatti. **O Presidente** relatou o OF./0214.9/2013, que encaminha a Prestação de Contas do Governo do Estado de Santa Catarina, referente ao exercício de 2012, seu parecer foi favorável ao ofício, posto em discussão foram cedidos vistas em gabinete aos Deputados Dirceu Dresch e Luciane Carminatti. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, vinte e dois de outubro de dois mil e quatorze.

**Deputado Darci de Matos**

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

\*\*\* X X X \*\*\*

**AVISO DE LICITAÇÃO****AVISO DE LICITAÇÃO**

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA SOLUÇÃO DE BIBLIOTECA DE FITAS MAGNÉTICAS PARA BACKUP COM SEIS UNIDADES DE LEITURA/GRAVAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO.**

**DATA:** 13/11/2014 - **HORA:** 09:00 horas

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 13 de novembro de 2014. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)).

Florianópolis, 31 de outubro de 2014.

Lonarte Sperling Veloso  
Coordenador de Licitações

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIOS****OFÍCIO Nº 687/14**

Of. 15/2014 Joinville, 13 de outubro de 2014  
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Comunidade Evangélica de Joinville, referente ao exercício de 2013.

Artur Francisco Baumrucker  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 29/10/14

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 688/14**

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Lar da Menina de Tubarão, referente aos exercícios de 2011, 2012 e 2013.

Norma Souza Barbosa  
Diretora Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 29/10/14

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 689/14**

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Organização Educacional das Irmãs Sacramentinas, de Tubarão, referente aos exercícios de 2012 e 2013.

Antonia Rodrigues  
Diretora Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 29/10/14

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIAS****PORTARIA Nº 2043, de 30 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **PATRICIA PAULA SABADINI**

**MIOTTO**, matrícula nº 3899, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-72, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Novembro de 2014 (Gab Dep Narcizo Parisotto).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2044, de 30 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR JAIR ANTONIO MIOTTO**, matrícula nº 3094, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário

Parlamentar, código PL/GAB-72, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Narcizo Parisotto - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2045, de 30 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **MARCEL LODETTI FÁBRIS**, matrícula nº 6755, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-67, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Novembro de 2014 (Gab Dep Jose Milton Scheffer).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2046, de 30 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora **BONINA BARBOSA**, matrícula nº 7065, de PL/GAB-71 para o PL/GAB-68, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Novembro de 2014 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2047, de 30 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor **ERALDO NEVES**, matrícula nº 6917, de PL/GAB-56 para o PL/GAB-62, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Novembro de 2014 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2048, de 30 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora **ANA PAULA DA SILVA**, matrícula nº 7182, de PL/GAB-48 para o PL/GAB-56, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Novembro de 2014 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2049, de 30 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor **DIOGO DE CASTRO KLEIMMANN**, matrícula nº 7660, de PL/GAB-43 para o PL/GAB-48, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Novembro de 2014 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2050, de 30 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor GILSON FELIPE QUIRINO, matrícula nº 4480, de PL/GAB-35 para o PL/GAB-40, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Novembro de 2014 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2051, de 30 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor GIOVANI ROZA, matrícula nº 3288, de PL/GAB-65 para o PL/GAB-69, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Novembro de 2014 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2052, de 30 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora GIZELI RIBEIRO DO NASCIMENTO, matrícula nº 6928, de PL/GAB-49 para o PL/GAB-51, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Novembro de 2014 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2053, de 30 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor JACSON CARVALHO DE SOUSA, matrícula nº 7611, de PL/GAB-55 para o PL/GAB-58, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Novembro de 2014 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2054, de 30 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora JOCIMAR DE SOUZA METZGER, matrícula nº 3556, de PL/GAB-41 para o PL/GAB-49, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Novembro de 2014 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2055, de 30 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor LEONALDO LANDMANN, matrícula nº 4640, de PL/GAB-28 para o PL/GAB-43, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Novembro de 2014 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2056, de 30 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora MARIA ANGELICA DA SILVA PONCIANO, matrícula nº 4668, de PL/GAB-69 para o PL/GAB-72, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Novembro de 2014 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2057, de 30 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor NATAN MARCONDES MONTEIRO OSORIO, matrícula nº 7528, de PL/GAB-59 para o PL/GAB-64, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Novembro de 2014 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2058, de 30 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor PIERRE FRANÇOIA MIRANDA TONIOTE, matrícula nº 5898, de PL/GAB-40 para o PL/GAB-45, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Novembro de 2014 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2059, de 30 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor RENATO LEO RICCI, matrícula nº 6122, de PL/GAB-63 para o PL/GAB-66, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Novembro de 2014 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2060, de 30 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor SONIA FERREIRA DOS SANTOS, matrícula nº 9129, de PL/GAB-47 para o PL/GAB-52, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Novembro de 2014 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2061, de 30 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora TELMA REGINA DA ROSA, matrícula nº 6362, de PL/GAB-30 para o PL/GAB-39, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Novembro de 2014 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2062, de 30 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora TEREZINHA MEDEIROS, matrícula nº 5776, de PL/GAB-30 para o PL/GAB-39, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Novembro de 2014 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2063, de 30 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora TICIANA TONIOLO TIEPPO, matrícula nº 5627, de PL/GAB-62 para o PL/GAB-65, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Novembro de 2014 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2064, de 30 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor VINICIUS VEIGA GARCIA HAMAGUSHI, matrícula nº 3415, de PL/GAB-81 para o PL/GAB-82, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Novembro de 2014 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI****PROJETO DE LEI Nº 0278.7/2014**

Declara de utilidade pública a Cáritas Diocesana de Caçador, com sede no município de Caçador.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Cáritas Diocesana de Caçador, com sede no município de Caçador.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob a pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Dirceu Dresch

Lido no Expediente

Sessão de 29/10/14

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

A Cáritas Diocesana de Caçador, com sede e foro na cidade de Caçador é uma entidade civil de direito privado, de assistência social, sem fins econômicos, e não remunera, nem concede vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título a seus diretores, conselheiros, associados, benfeitores ou equivalentes pelo exercício do cargo ou função.

Tem como objetivo investigar, estudar, analisar e desenvolver estratégias de combate à miséria e a pobreza, bem como promover e articular ações solidárias de assistência social, em defesa do meio ambiente, da educação, da prevenção da saúde, desenvolver ações e projetos sociais que visem a geração de trabalho e renda, a defesa da cidadania e ao desenvolvimento de projetos culturais, entre outros.

A entidade também realiza a assistência social gratuitamente, mediante convênios e campanhas junto às comunidades locais.

O título de Declaração de Utilidade Pública Estadual almejada por esta entidade a tornará apta a usufruir dos benefícios concedidos pelo Poder Público Estadual, ampliando desta forma a capacidade de promover os fins e objetivos propostos.

Considerando a relevância dos serviços prestados por esta entidade à sociedade catarinense, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

Sala das Sessões, em

Deputado Dirceu Dresch

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 0279.8/2014**

Dispõe sobre apresentação de sessões de cinema, de espetáculos de música, teatro e dança e de palestras literárias nas escolas estaduais do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Projeto Escola e Arte, nas escolas estaduais do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O Projeto Escola e Arte tem como objetivo apresentar aos alunos, aos educadores, aos demais funcionários da escola e à comunidade vários espetáculos e eventos de natureza cultural e artística.

Parágrafo único. Do Projeto constarão os seguintes eventos:

I - apresentação de música;

II - espetáculos teatrais;

- III - espetáculos de dança;
- IV - palestras de escritores; e
- V - sessões de cinema e debates com profissionais da área.

Art. 3º O Projeto será aberto a todas as escolas interessadas, que poderão se inscrever nas Gerências de Educação.

Parágrafo único. As escolas inscritas deverão oferecer espaço compatível e adequado para o tipo de evento escolhido como: auditório, quadra coberta, pátio, sala de leitura, entre outros.

Art. 4º O Projeto será coordenado e supervisionado pela Secretaria de Estado de Educação e por suas Gerências de Educação, às quais caberá:

- I - escolher os profissionais individualmente, organizando um banco de artistas, profissionais e empresas de espetáculos;
- II - organizar e recepcionar as inscrições, além de estabelecer critérios para as apresentações;
- III - organizar o calendário e garantir, em parceria com as escolas, a qualidade do espaço.

Art. 5º Poderão inscrever-se no projeto como contratados: músicos ou grupos musicais, grupos de dança, cantores, grupos teatrais ou circenses, autores de livros e empresas de projeção cinematográfica, com objetivos e atuação prioritariamente culturais, que tenham, no mínimo, um ano de existência, além de experiência e atuação devidamente comprovadas.

Art. 6º As eventuais despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente e suplementadas se necessário.

Art. 7º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

*Lido no Expediente*

*Sessão de 30/10/14*

#### JUSTIFICATIVA

Este projeto de lei tem por objetivo tratar de questões inerentes à importância da música, do teatro, do cinema, da literatura e da dança no contexto escolar, como forma de extensão do currículo escolar.

A música, o teatro, o cinema, a literatura e a dança são importantes meios de comunicação e expressão existentes em nossa vida, devendo fazer parte do contexto educacional.

Ver, ler, ouvir e vivenciar as diferentes formas da arte é uma forma moderna e rica de releitura do mundo contemporâneo. A escola não pode ficar distante dessas formas de expressão do entendimento do mundo. Trabalhar no cotidiano escolar significa ampliar a variedade de linguagens e permitir a descoberta de caminhos de aprendizagem é, antes de tudo, trabalhar com a sensibilidade humana, de forma prazerosa e saudável para o ambiente escolar.

Este Projeto está totalmente alinhado com o ideal da educação e do currículo integral, que visa a tornar a escola mais atrativa e, por consequência, mais rica tornando-se também um meio de entretenimento tanto para os alunos quanto para os professores, através das diferentes atividades acima referidas. São áreas específicas das diversas artes, as quais, integradas nas demais áreas do conhecimento, colaboram para o desenvolvimento artístico, cognitivo e emocional de crianças e jovens.

As diversas possibilidades de aprendizagem, através de exercícios, jogos e cenas, incentivam o aprimoramento das relações interpessoais, o fortalecimento da confiança e dos vínculos afetivos, pois, de forma integrada, envolve leitura, interpretação, redação, adaptação de texto, caracterização de personagens, desenvolvimento da expressão corporal e das percepções.

Nesta proposta não nos esquecemos da literatura, que via de regra é tratada mais como conteúdo da disciplina Língua Portuguesa, do que das artes. A literatura, uma forma de arte que usa a palavra e a imagem, provoca imensa possibilidade de resposta do leitor, além de, indiretamente, ajudar na formação de leitores. Nesse sentido, a

presença do livro na escola e, após a leitura, do respectivo autor, permitirá um diálogo mais intenso e prazeroso entre leitor e autor.

Com essa visão mais ampla do currículo escolar que é muito mais do que a mera soma das áreas do conhecimento disponibilizadas na grade curricular, entendemos que a aprovação deste projeto de lei contribuirá para o enriquecimento educacional e cultural de toda a população usuária da escola pública estadual.

Dessa forma, peço o apoio dos nobres Senhores Deputados para o acolhimento da presente proposta.

Deputado Darci de Matos

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 0280.1/2014

Dispõe sobre a Implementação do Programa de Identificação Civil para Crianças e Adolescentes no âmbito do Estado de Santa Catarina

Art. 1º Fica instituído o Programa de Identificação Civil para Crianças e Adolescentes no âmbito do Estado do Santa Catarina, cuja ação tem caráter contínuo e permanente.

Art. 2º O Programa de Identificação Civil para Crianças e Adolescentes de que trata esta Lei tem por objetivo:

I - garantir que todas as crianças e adolescentes catarinenses tenham acesso a Carteira de Registro de Identidade de forma simplificada e desburocratizada.

II - conscientizar os pais e responsáveis da importância de se registrar, no órgão público competente, a impressão digital de seus filhos o mais cedo possível; e

III - conscientizar os pais e responsáveis, escolas, órgão públicos, que a medida visa combater o desaparecimento de crianças e adolescentes, sequestros e dificultar a ação de quadrilhas que praticam o tráfico nacional e internacional de crianças.

Art. 3º Cabe ao Governo do Estado de Santa Catarina sistematizar e executar O Programa de Identificação Civil por meio de suas Secretarias afins ao programa de acordo com a Legislação pertinente.

Art. 4º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

*Lido no Expediente*

*Sessão de 30/10/14*

#### JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo instituir o Programa de Identificação Civil para Crianças e Adolescentes no âmbito do nosso Estado de forma garantir que todas as crianças e adolescentes catarinenses tenham acesso a Carteira de Registro de Identidade de forma simplificada e desburocratizada.

Segundo pesquisas a cada 11 minutos desaparece uma pessoa no Brasil. São 141 pessoas que desaparecem por dia e 51.703 por ano, sendo que dos desaparecidos 40 mil são crianças/adolescentes, em um único ano.

Fuga de casa devido aos maus tratos dos pais, dependência química, mendicância, prostituição infantil, crimes de pedofilia (estupro, a grande maioria com morte), quadrilhas que atuam em território nacional e internacional, adoção ilegal, trabalho escravo e tráfico de órgão, são algumas das possíveis causas de desaparecimento.

Com a Instituição do Programa de Identificação Civil para as Crianças e Adolescentes o Estado poderá armazenar em um único banco de dados informações que podem ser úteis na localização e identificação dos desaparecidos, auxiliando as milhares de famílias que sofrem hoje com a ausência de seus entes queridos.

Assim, conto com o apoio de Vossas Excelências na aprovação da desta proposição que é de suma importância para o futuro das Crianças e Adolescentes do Estado de Santa Catarina.

Deputado Darci de Matos

\*\*\* X X X \*\*\*

## PROJETO DE RESOLUÇÃO

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005.6/2014

Acrescenta os §§ 9º e 10 ao art. 20 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para possibilitar a organização de representação feminina em Bancada.

Art. 1º Ficam acrescentados os §§ 9º e 10 ao art. 20 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, com a seguinte redação:

"Art. 20 .....

§ 9º A representação feminina com assento na Assembleia Legislativa poderá formar a Bancada Feminina, constituída de forma suprapartidária, facultada a eleição de uma Coordenadora, não se aplicando a esta as prerrogativas dispostas no art. 24 deste Regimento.

§ 10. A Bancada Feminina tem os seguintes objetivos e atribuições:

I - propor, avaliar e consolidar as políticas públicas para as mulheres, tais como saúde, educação e direitos humanos, estabelecendo diálogo com os órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário para o desenvolvimento de ações conjuntas;

II - disseminar entre os catarinenses a percepção da Assembleia Legislativa como espaço prioritário para debate das temáticas relacionadas aos interesses do universo feminino, propugnando a criação de mecanismos garantidores de igualdade de gêneros, valorizando e incluindo as mulheres no processo de desenvolvimento social, econômico, político e cultural; e

III - estimular a convergência dos interesses femininos por meio de reunião de mulheres que exerçam mandatos nas diversas esferas de poder, assim como de agentes públicos e políticos envolvidos com atividades parlamentares e de lideranças sociais e comunitárias, para a discussão de desafios e estratégias de participação e atuação feminina nos municípios catarinenses." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

Deputado Romildo Titon - Presidente

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

Lido no Expediente

Sessão de 30/10/14

#### JUSTIFICATIVA

A Bancada Feminina da Assembleia Legislativa de Santa Catarina vem, há quase uma década, avançando na consolidação e amadurecimento das políticas públicas para as mulheres, principalmente as cidadãs catarinenses. A questão de gênero está incluída nas prioridades dos três níveis de governo e percebe-se uma crescente mobilização da sociedade civil na busca de igualdade entre homens e mulheres.

O perfil preliminar dos eleitores catarinenses para 2014 aponta a maioria deles como sendo do sexo feminino (2,4 milhões) e essa representatividade deve ser levada em consideração quando se pensa em orçamento em políticas públicas como saúde, educação, direitos humanos e no diálogo com órgãos do Executivo e do Judiciário para ações conjuntas.

São as políticas públicas que orientam as ações do Estado a fim de combater práticas que inviabilizam o processo de participação social e política democrática e igualitária, de mulheres e homens. Garantir a autonomia econômica e social é condição para a transformação das condições de vida e das desigualdades enfrentada pelas mulheres.

Mais do que disseminar a atividade parlamentar, a institucionalização da Bancada Feminina pretende contribuir para que toda cidadã catarinense perceba a casa legislativa como real espaço de discussão das principais questões e temas relacionados às temáticas da mulher, em

especial, as que propõem a criação de mecanismos que garantam igualdade entre mulheres e homens, por meio da valorização da mulher e de sua inclusão no processo de desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País.

Pretende também, reunir mulheres que exercem mandatos no Poder Legislativo - vereadores e deputadas -, além de agentes públicos e políticos envolvidos com a atividade parlamentar e lideranças sociais e comunitárias engajadas na atuação política, para discutir os desafios e as estratégias da participação e atuação feminina nos municípios de Santa Catarina, bem como as questões relacionadas à equidade de gênero.

Essas ações contribuirão com o processo de reconhecimento da importância da participação da mulher nos âmbitos familiar, social e político enfatizando as conquistas e os desafios a ela propostos e chamarão atenção para o respeito à dignidade da mulher, no sentido de perceber seu espaço na sociedade, além de contestar e rever preconceitos e limitações que, historicamente, lhe são impostos.

Estes são desafios da Bancada Feminina do Estado de Santa Catarina e esperamos contar com o apoio de Vossas Excelências para a sua criação, aprovando o presente Projeto de Resolução.

\*\*\* X X X \*\*\*

## REDAÇÕES FINAIS

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 034/2014

Institui a obrigatoriedade diária de divulgação de fotos de crianças desaparecidas nos noticiários de TV e jornais sediados em Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade diária de divulgação de fotos de crianças desaparecidas nos noticiários de TV e jornais sediados em Santa Catarina.

Parágrafo único. Na imagem deverá constar o nome da criança e o Disque Denúncia 100.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de outubro de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

### EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0065.7/2014

O Projeto de Lei nº 0065.7/2014 passa a ter a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº 0065.7/2014

Institui o Programa de Inclusão Profissional de Adolescentes Pós-Acolhimento Institucional, no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

Art. 1º Fica instituído o Programa de Inclusão Profissional de Adolescentes Pós-Acolhimento Institucional, no âmbito da Política Estadual de Promoção e Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O Programa deve ser estruturado no sentido de capacitar e direcionar ao mercado de trabalho, à formação técnica e/ou acadêmica, os adolescentes entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos, por ocasião de seu desligamento das entidades de acolhimento.

Art. 3º As atividades do Programa serão desenvolvidas de acordo com as seguintes premissas:

I - necessidade do acolhido no que diz respeito a sua saída da entidade e início da vida profissional;

II - fortalecimento da autonomia e resguardo dos direitos do adolescente, bem como a valorização da sua autoestima; e

III - orientação do adolescente para à sua participação em iniciativas públicas ou privadas, a fim de realizar estágio ou capacitação profissional especializada.

Art. 4º Para fins desta Lei, poderão ser estabelecidos convênios ou parcerias com instituições que apresentem filosofia de trabalho compatível com os objetivos do Programa.



Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do disposto no art. 71, inciso III, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões,

Deputado José Nei Alberton Ascari

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 22/10/2014

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 28/10/2014

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 065/2014**

Institui o Programa de Inclusão Profissional de Adolescentes Pós-Acolhimento Institucional, no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica instituído o Programa de Inclusão Profissional de Adolescentes Pós-Acolhimento Institucional, no âmbito da Política Estadual de Promoção e Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O Programa deve ser estruturado no sentido de capacitar e direcionar ao mercado de trabalho, à formação técnica e/ou acadêmica, os adolescentes entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos, por ocasião de seu desligamento das entidades de acolhimento.

Art. 3º As atividades do Programa serão desenvolvidas de acordo com as seguintes premissas:

I - necessidade do acolhido no que diz respeito a sua saída da entidade e início da vida profissional;

II - fortalecimento da autonomia e resguardo dos direitos do adolescente, bem como a valorização da sua autoestima; e

III - orientação do adolescente para à sua participação em iniciativas públicas ou privadas, a fim de realizar estágio ou capacitação profissional especializada.

Art. 4º Para fins desta Lei, poderão ser estabelecidos convênios ou parcerias com instituições que apresentem filosofia de trabalho compatível com os objetivos do Programa.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do disposto no art. 71, inciso III, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de outubro de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 076/2011**

Obriga a impressão do Calendário Oficial de Vacinação na contracapa dos cadernos distribuídos gratuitamente aos alunos das escolas públicas estaduais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Passa a ser obrigatória a impressão nas contracapas dos cadernos escolares distribuídos gratuitamente aos alunos da rede oficial de ensino o CALENDÁRIO DE VACINAÇÃO OBRIGATÓRIA DA CRIANÇA, DO JOVEM E DO ADULTO.

Art. 2º O calendário de vacinação será sempre atualizado de acordo com as diretrizes do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado da Saúde e será encaminhado pelas Secretarias de Estado da Saúde e da Educação aos fornecedores vencedores da licitação de compra dos cadernos.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de outubro de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0102.6/2012**

O Projeto de Lei nº 102/2012 passa a ter a seguinte redação:

" PROJETO DE LEI Nº 102/2012

Institui o Selo Jovem no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o "Selo Jovem" no âmbito do Estado de Santa Catarina, atribuído como premiação às entidades que se destacarem no desenvolvimento de projetos dirigidos à inserção ou ressocialização do jovem na sociedade, em especial àquelas que se dedicam ao combate às drogas e à violência.

Art. 2º O Selo Jovem será outorgado pela Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação em conjunto com a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte e a Secretaria de Estado da Educação.

Parágrafo único. O Poder Executivo constituirá um colegiado vinculado à Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, em conjunto com a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, e a Secretaria de Estado da Educação, que, entre outras atribuições, fixará os requisitos para a obtenção do Selo Jovem, bem como indicará as entidades habilitadas a recebê-lo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões,

Deputado José Nei Alberton Ascari

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 22/10/2014

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 28/10/2014

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 102/2012**

Institui o Selo Jovem no âmbito do Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica instituído o Selo Jovem no âmbito do Estado de Santa Catarina, atribuído como premiação às entidades que se destacarem no desenvolvimento de projetos dirigidos à inserção ou ressocialização do jovem na sociedade, em especial àquelas que se dedicam ao combate às drogas e à violência.

Art. 2º O Selo Jovem será outorgado pela Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação em conjunto com a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte e a Secretaria de Estado da Educação.

Parágrafo único. O Poder Executivo constituirá um colegiado vinculado à Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, em conjunto com a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, e a Secretaria de Estado da Educação, que, entre outras atribuições, fixará os requisitos para a obtenção do Selo Jovem, bem como indicará as entidades habilitadas a recebê-lo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de outubro de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0227.7/2014**

O Projeto de Lei nº 0227.7/2014 passa a ter a seguinte redação:

" PROJETO DE LEI Nº 0227.7/2014

Altera a Lei nº 4.330, de 1969, que declara de utilidade pública a Escola Apostólica Sagrado Coração de Jesus, de Corupá.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 4.330, de 5 de julho de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus, de Corupá.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus, com sede no Município de Corupá.

Art. 2º À Entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões,

Deputado Marcos Vieira

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 29/10/2014

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 227/2014

Altera a Lei nº 4.330, de 1969, que declara de utilidade pública a Escola Apostólica Sagrado Coração de Jesus, de Corupá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

#### DECRETA:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 4.330, de 5 de julho de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública a Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus, de Corupá.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus, com sede no Município de Corupá.

Art. 2º À Entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de outubro de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 230/2014

Altera a Lei nº 8.399, de 1991, que declara de utilidade pública a Sociedade Cultural e Beneficente Nova Lourdes, de Itajaí.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

#### DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 8.399, de 12 de novembro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública a Associação Cultural e Beneficente Nova Lourdes, de Itajaí.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural e Beneficente Nova Lourdes, com sede no Município de Itajaí.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de outubro de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 273/2014

Altera a Lei nº 12.606, de 2003, que declara de utilidade pública a Associação das Micro e Pequenas Empresas de Blumenau.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

#### DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 12.606, de 4 de julho de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública a AMPE Blumenau - Associação das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, de Blumenau.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a AMPE Blumenau - Associação das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º À Entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de outubro de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

### REQUERIMENTO

#### REQUERIMENTO Nº RQC/004.2/2014

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA**

#### REQUERIMENTO Nº RQC/004.2/2014

Com fulcro na Resolução n. 005/2005, os deputados infra-assinados, requerem a constituição de Frente Parlamentar com objetivo de acompanhar e fiscalizar a contratação e execução das obras de duplicação da Rodovia BR 280.

Vale esclarecer, esse trecho da malha rodoviária catarinense desperta o interesse social, econômico e político de vários Municípios por eles cortados, pois se trata de eixo de escoamento de produção, deslocamento para centros universitários, indústrias, acesso para municípios de relevo, e vem sendo alvo de notícias jornalísticas, relatando interrupções e adiamentos, como também lamentáveis acidentes entre veículos, muitos deles resultando em óbitos.

Isto posto, atendendo ao disposto no art. 2º da referida resolução, e sendo o deputado Carlos Chiodini o primeiro subscrito no presente requerimento, a ela competirá a direção dos trabalhos, ficando, contudo a Frente Parlamentar pela Duplicação da BR 280 a ser constituída de forma pluripartidária e democrática.

Nestes termos

Pede deferimento

Florianópolis, 22 de outubro de 2014

Deputado Carlos Chiodini

Deputado Darci de Matos

Deputado Nilson Gonçalves

Deputado Manoel Mota

Deputado Silvio Dreveck

Lido no Expediente

Sessão de 30/10/14

\*\*\* X X X \*\*\*